

Seminário defende a municipalização do ensino

A necessidade de municipalizar o ensino como forma de democratizá-lo no País foi ressaltada pelos participantes de um seminário sobre o assunto promovido esta semana no Rio, pelo GLOBO, com apoio do Ministério da Educação. O aumento do ano letivo, o retorno do ginásio às zonas rurais, o pagamento de melhores salários ao magistério e a revalorização do professor na escola e na sociedade foram as principais sugestões apresentadas no seminário, cuja solenidade de encerramento foi presidida pelo Ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

A idéia de municipalizar o ensino vem sendo debatida há 15 anos, desde que entrou em vigor a lei de reforma do ensino de Primeiro e Segundo Graus, mas só agora, com o apoio do Ministro Jorge Bornhausen, o projeto de transferir para os municípios a responsabilidade pelo ensino de Primeiro e Segundo Graus caminha para sua concretização.

O Secretário-Adjunto das Secretarias de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do MEC, Antônio Gildo Galindo, ressaltou a importância da municipalização do ensino de Primeiro Grau na formação cultural dos brasileiros:

— A questão é muito simples. A administração do ensino básico tem de ser feita através do município pela proximidade que este tem com a realidade, que proporciona visão mais clara das condições e necessidades de cada escola. O Ministério está criando condições para que os municípios tenham mais autonomia sobre o ensino básico. Com isso, eles só têm a ganhar: economicamente, sabe-se que qualquer tipo de obra é muito mais dispendiosa, quando feita por intermédio do Governo federal ou do estadual, se os gastos forem comparados com os que teria a Prefeitura. Uma das razões é o distanciamento existente entre as duas realidades: a do município, que obviamente conhece suas necessidades e sabe que, na maioria dos casos, pode superá-las por meio de mutirão ou com o apoio da comunidade; e a do Governo federal, que não dispõe de tempo para resolver questões tão distantes de sua realidade.

Antônio Galindo ressaltou também a importância da valorização de uma pedagogia brasileira, "responsável pela moldagem da educação, para que o País deixe de importar cultura alienígena e passe a investir nos valores brasileiros, buscando novas formas produtivas para a educação básica no Brasil".

A necessidade de transferir o ensino básico para os municípios é indicada também, segundo Antônio Galindo, pelas estatísticas: dentro da realidade das dificuldades vividas pelos 4.115 municípios brasileiros, a rede municipal de ensino de Primeiro Grau no Brasil tem apenas 266.186 profes-



Arnaldo Nogueira (de terno escuro, no centro) orienta os debates, ao lado de Antônio Gildo Galindo, secretário-adjunto do MEC



Já estão sendo criadas condições para dar mais autonomia sobre o ensino aos Municípios

ANTÔNIO GALINDO, Secretário-Adjunto do MEC

sores para atender 6.652.342 alunos em 117.040 estabelecimentos. A situação, salienta ele, é mais grave na zona rural, onde o número de alunos chega a 3.886.891 para 107.215 estabelecimentos e 158.439 professores. Na zona urbana, 2.765.451 alunos estudam em 9.825 estabelecimentos e são atendidos por 107.747 professores.

Quanto aos níveis salariais do magistério, informou Antônio Galindo que poucos são os Estados em que os professores ganham acima do salário mínimo: na Região Norte, por exemplo, os Estados do Acre e Rondônia e os Territórios do Amapá e Roraima

lideram as estatísticas. No Amazonas, que ocupa o segundo lugar, os vencimentos dos professores estão no nível do salário mínimo. No Pará, a maioria dos professores ganha abaixo do salário mínimo, mas a situação é mais grave na Região Nordeste, onde, em todos os Estados, os salários estão abaixo do mínimo. No Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, a baixa remuneração do magistério é alarmante. No Sudeste, o nível dos salários é mais equilibrado, mas é no Sul que os professores têm melhor remuneração, acrescentou Antônio Galindo. Em Santa Catarina, o valor da gratificação paga aos professores corresponde ao do salário mínimo.

— Diante do quadro atual — afirmou Galindo — o MEC tomou providências fundamentais para o apoio à municipalização do ensino. O decreto assinado no ano passado liberando o Salário-Educação de acordo com o plano de carreira apresentado trouxe de volta a valorização do professor, o que é conquista importante para o País.

O Secretário-Adjunto das Secretarias de Ensino de Primeiro e Segundo Graus disse que o Salário-Educação deste ano (Cz\$ 1,5 bilhão) permitiu construir 12.058 salas de aula, instalar 19.244 equipamentos para as unidades escolares, ampliar 6.536 e reformar 6.989 escolas, adquirir 23.033 materiais didáticos, e criar 568.960 vagas para alunos e 117.327 cursos de treinamento para professores, o que resultou em benefícios para 1.187.100 alunos.

— O gerenciamento da educação pelas Prefeituras — concluiu Antônio Galindo — é a abertura de um caminho melhor para o País.



Salas de aula muito apertadas e com goteiras no telhado são comuns

OS PARTICIPANTES

O debate promovido esta semana pelo O GLOBO, com apoio do Ministério da Educação, teve a participação de Arnaldo Nogueira, Diretor Geral do jornal em Brasília; Vicente Barreto, Presidente da Educar; Carlos Pereira de Carvalho e Silva, Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE); Antônio Gildo Paes Galindo, Secretário-Adjunto das Secretarias de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Ministério da Educação; Jamil Reston, Superintendente-Adjunto do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Thelmo Carlotto, Secretário Municipal de Educação de Taquara, no Rio Grande do Sul; Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues, Secretária Municipal de Educação de Cabo, Pernambuco; e Helena Guerreiro Barcellos, assessora da Direção Geral do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).



A municipalização é o único recurso para promover mudança nos padrões educacionais

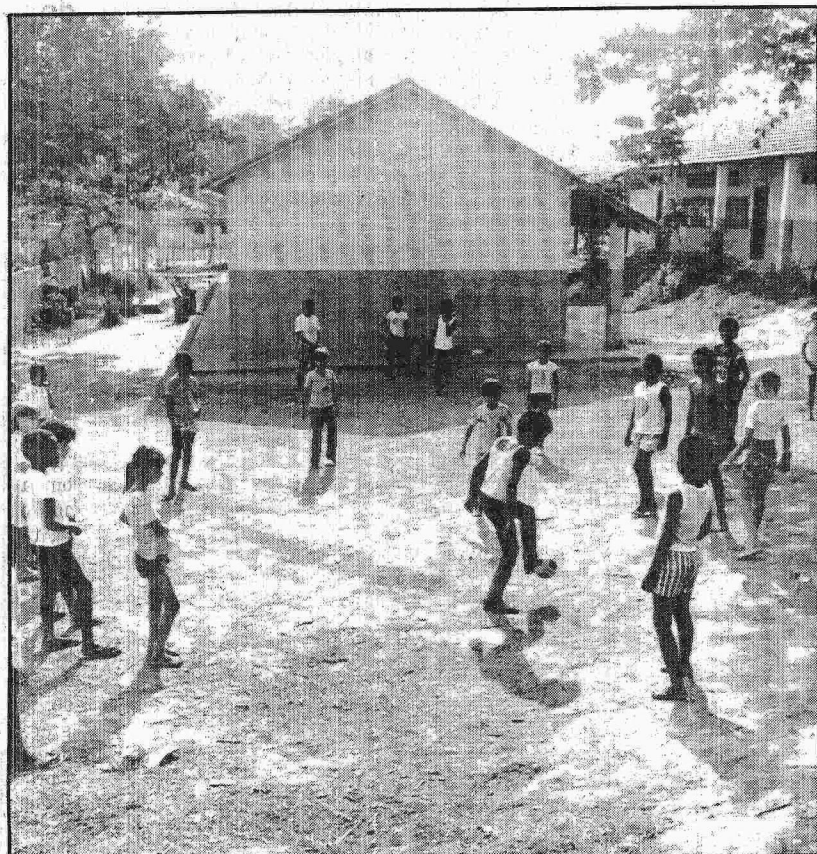
JAMIL RESTON, Superintendente-Adjunto do Ibam

Uma ocasião de mudar encargos

Jamil Reston, Superintendente-Adjunto do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), define a municipalização do ensino básico como "pura transferência de encargos, desacompanhada de dois componentes fundamentais: capacitação da instituição municipal e transferência de recursos financeiros compatíveis com a transferência dos encargos". A descontinuidade administrativa é apontada por Jamil como uma das causas da falta de sedimentação de certas práticas que levariam o município a assumir um papel importante na prestação de serviços públicos locais, como o ensino básico. A seu ver, é preciso conscientizar sobre a mudança radical do comportamento da administração pública brasileira em relação ao município, "essencialmente uma entidade de prestação de serviços públicos e promotora de desenvolvimento".

— Como toda mudança pressupõe certas resistências, seria muito natural que o Governo federal, ao assumir a vontade política de promover a municipalização do ensino básico, encontrasse resistências tanto por parte em sua própria máquina governamental quanto na dos Estados. No entanto, essas resistências tendem a desaparecer, já que a sociedade exige a municipalização como único meio de promover uma mudança substancial nos padrões educacionais.

O Ibam, explica Jamil Reston, "coloca a municipalização como única alternativa viável no bom desempenho do processo educacional, num país de dimensões territoriais como o Brasil, onde a experiência tem demonstrado que os governos mais distantes não dispõem de meios para prestar serviços nos níveis exigidos pelas populações locais". Ele sugeriu que aos Estados a normatização, supervisão e assistência técnica aos Municípios, e à União definir diretrizes políticas para os programas nacionais de educação.



A pelada de futebol é a principal diversão quando falta o professor



No interior do País, até algumas estações ferroviárias passam por adaptações para seu aproveitamento como escolas de alfabetização